

Ética, Cidadania e Justiça*

*Desembargador Francisco Kupidowski**

No atual contexto da nossa sociedade, vivemos situações aflitivas e extremamente preocupantes para os homens de bem, quando deparamos com casos de corrupção, impunidade, falcaturas e desmandos que fomentam o crime organizado, comprometem o bom nome das nossas instituições e atingem os Poderes estatais, o que nos leva a uma reflexão sobre o fortalecimento dos valores humanos para combater e reprimir esses malefícios, valorizando e dignificando nossa sociedade e o Poder Público, na busca da preservação do bem-estar social.

Não tenho aqui o objetivo de solucionar esses problemas, mas, em rápidas considerações, para nossa reflexão, demonstrar um posicionamento pessoal a respeito de três qualidades - e, por que não dizer, virtudes - indispensáveis às atividades de todos nós, como instrumentos para auxiliar na minoração ou até mesmo na solução dessas situações aflitivas, sendo tais virtudes: a Ética, a Cidadania e a Justiça.

Em princípio, torna-se necessário aceitar a inexorável e incontestada verdade de que o homem é um ser social, pela sua própria natureza, sendo que o seu trabalho, as suas realizações e conquistas e a sua própria sobrevivência dependem do relacionamento com os seus semelhantes.

Trazendo a ficção para a realidade, chegamos à acertada conclusão de que Robson Crusóé não viveria sem o Sexta-Feira nem tampouco Tarzan sem a Jane, ainda que em companhia da traquina e agitada Chita.

Mediante o relacionamento com os seus semelhantes, o homem torna-se parte integrante da comunidade onde vive e trabalha, e, a partir de tal relacionamento, surgem as alianças, as desavenças, as uniões, os conflitos, as amizades, as inimizades, o amor, etc.

Nesse contexto, o sucesso da empreitada terrena do ser humano depende basicamente da forma do seu agir, sendo que o relacionamento com seus semelhantes terá êxito se for ancorado em três qualidades altamente virtuosas, quais sejam a Ética, a Cidadania e a Justiça.

Aristóteles, na plenitude de seu intelecto, afirmou que a finalidade da Ética é promover o bem-estar, e que mais importante que o bem-estar do indivíduo é o bem-estar da coletividade.

* Palestra proferida em 20/09/2006, na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

* Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Assim, podemos afirmar que a dimensão ética começa quando entra em cena o outro. Toda lei, moral ou jurídica, regula relações interpessoais, inclusive aquelas com um outro que a impõe.

A ética não tem religião definida, mas define uma conduta moral e ilibada do ser humano no relacionamento com os seus semelhantes.

Sabemos que o relacionamento humano é muito difícil, dada a natureza heterogênea e comportamental das pessoas, o que leva os sábios a considerarem um bom e bem-sucedido relacionamento como uma verdadeira arte.

A ética aflora no ser humano como um conceito natural, percebido, obtido e identificado por meio do exercício da razão e do bom senso, independentemente do grau intelectual do indivíduo, porque ela é matéria curricular na escola da nossa consciência.

Assim, se agirmos com bom senso e razão, saberemos perfeitamente identificar uma situação como ética ou antiética.

Trata-se da ética da razão ditada pela nossa consciência, a partir da natural percepção do certo e do errado.

Se, por exemplo, em decorrência de um dever funcional, somos obrigados a guardar sigilo a respeito de determinado assunto e não o fazemos, seremos condenados no tribunal da nossa consciência, pois teremos plena ciência do não-agir de forma ética, que também será reconhecido pelo tribunal dos homens.

Se fizermos algum comentário, de forma leviana, que desabone a conduta funcional e a pessoa de um colega de profissão, teremos plena consciência da nossa atitude aética.

Infelizmente, os nossos defeitos e as nossas imperfeições como seres humanos, muitas vezes fomentados pelo individualismo, pela indiferença, pela inveja, pela prepotência e pelo descaso para com o outro, levam-nos a atitudes que afrontam a ética, especialmente a da razão, ditada pela nossa consciência.

Já repararam os senhores como nós temos uma extrema dificuldade para elogiar os nossos semelhantes e uma fantástica facilidade para criticá-los?

Se alguém, ainda que mais chegado ao nosso convívio, como um colega ou até mesmo um amigo, recebe uma distinção, um agradecimento ou uma honraria, a fila que se forma ao seu redor para cumprimento é minguada e escassa, o mesmo não acontecendo se essa mesma pessoa comete um pequeno erro funcional ou pessoal, quando a fila de críticos vira quarteirões.

É o comportamento aético da desconsideração para com o próximo.

É uma triste constatação do que acontece com todos nós, quase que diariamente. Somos analfabetos em elogios e doutores *honoris causa* em críticas.

Obviamente, as críticas fazem parte do jogo da vida como necessárias, mas devem ser feitas no momento exato, na hora certa e sempre voltadas para um caráter construtivo.

O descaso e a desconsideração gratuitos ofendem o outro, envenenam a nossa consciência e ferem de morte o nosso dever de sermos éticos e solidários.

A solidariedade para com o outro não pode ser externada apenas nos momentos difíceis, como no caso de uma morte; também deve ser manifestada nos momentos de alegria vividos pelo nosso semelhante.

Se conseguirmos identificar os verdadeiros amigos nas horas difíceis, também conseguiremos identificar inimizades nas horas alegres das nossas vidas.

Isso é uma questão ética que merece uma séria reflexão e mudanças.

É necessário considerar para ser considerado e fazer pelo outro o que queremos que ele também faça por nós.

Não se trata de uma colocação religiosa, mas de uma reflexão ética.

Por outro prisma, a ética, como norma de conduta do ser humano, está intimamente ligada às atividades profissionais que trazem seus atos normativos para o bom exercício da profissão, mediante os chamados Códigos de Ética, e procura punir os infratores das normas éticas profissionais, por meio dos chamados conselhos disciplinares e de ética.

Essas normas codificadas encerram o compromisso do bom exercício profissional, juramentado desde a colação de grau pelos formandos, como no caso do bacharelado em Direito, com a promessa de operar o Direito com dignidade e independência, observando os preceitos éticos e defendendo as prerrogativas da profissão, não pleiteando contra o direito, contra os bons costumes e a segurança do País, comprometendo-se ainda a defender com o mesmo denodo os humildes e os poderosos.

O agir com ética no relacionamento humano significa respeitar o próximo, possibilitando um bem-estar para o mesmo, para si próprio e para o relacionamento entre ambos.

É cultivar a máxima segundo a qual “a ética é um princípio que não pode ter fim”.

Daí afirmar que o agir com ética deve interagir com a outra qualidade virtuosa chamada Cidadania.

Embora esta seja por definição a qualidade de quem é cidadão, ou seja, do indivíduo que goza dos direitos civis e políticos de um Estado, o conceito da cidadania como virtude humana vai muito além da qualidade de cidadão, visto que este, muitas vezes, não exerce a cidadania em toda a sua plenitude.

Ser cidadão não é apenas fazer parte da Comunidade Nacional, mas dela participar de forma consciente e efetiva.

A verdadeira cidadania é aquela na qual o cidadão tem a plena consciência do seu papel na sociedade em que vive; ao agir com ética, procura atuar em benefício de sua comunidade, no exercício de suas atividades pessoais e profissionais, com a consciência de estar prestando um serviço para o bem-estar de seu próprio país, de sua comunidade e, por via de consequência, para si próprio.

Daí outra máxima filosófica segundo a qual “o cidadão que não vive para servir não serve para viver”.

Trata-se da plena consciência do nosso papel na sociedade e da certeza do desempenho de nossas funções profissionais de forma séria, competente e dedicada, objetivando o bem-estar da coletividade. É fazer bem feita a nossa parte em benefício de todos.

Cidadania é participar de forma a preservar e a aprimorar o bem-estar da nossa sociedade.

É ter orgulho de fazer parte da comunidade onde se vive, por ser peça importante de atuação individual no desenvolvimento e no bem-estar da coletividade.

O exercício da verdadeira cidadania traz a sensação do dever cumprido em prol da comunidade e do agir com ética.

Surge, todavia, a indagação se, na atual conjuntura política do País, fomentada pela corrupção, pelas falcatruas e atitudes amorais e aéticas de alguns, não seria utopia sair em defesa da ética e da cidadania, ou, como dizia a minha saudosa avó materna, “uma conversa mole para boi dormir”, ao que respondo negativamente.

Imoral e aético seria ignorar a crise, não a combater e dar as costas à corrupção e falcatruas.

Neste ano eleitoral, por exemplo, faltar ao verdadeiro dever quanto ao exercício da cidadania seria anular o voto ou votar em branco, não obstante nossa desilusão com os políticos.

Tal conduta apática ou de descaso se traduziria não em uma conversa para boi dormir, e sim no verdadeiro bovino indolente que dorme no pasto da sua inconsciência e da sua indiferença, e que jamais acordará se não mergulhar fundo na razão, no bom senso e na vontade de mudar as coisas, porque nada é imutável ou insubstituível nesse contexto.

Não vou negar que é extremamente doloroso, estressante e desgastante, nas primeiras horas da manhã, ao lermos o jornal, deparar cotidianamente com notícias de desfalques aos cofres públicos, corrupção, falcatruas e expedientes escusos, tendo como mentores e executores pessoas públicas, cujos atos ilícitos causam nojo e revolta à população e se traduzem em perniciosos exemplos para os nossos filhos.

A mesma situação se repete nas primeiras horas da noite, ao chegarmos a nossos lares, após um árduo dia de trabalho, assistir às tristes notícias das práticas dessas bandalheiras no noticiário televisivo.

Em face dessas situações aflitivas, resta-nos resgatar os valores por meio do grito da nossa consciência e do agir com ética e cidadania.

Temos como conduta ética e de cidadania o dever e a obrigação de mudar as situações perniciosas para a nossa sociedade, lutando e combatendo para espancá-las do seio da nossa comunidade.

A lei da natureza do inverso e do reflexo demonstra em metafórico ensinamento que, assim como encontramos maçãs podres em caixas de maçãs sadias, também encontramos maçãs sadias em meio às deterioradas.

Devemos depositar nossa confiança nos insuspeitos, nos de passado limpo e naqueles idealizadores do bem-estar da coletividade, para que possam expurgar e ocupar os lugares de alguns que, em nome do povo, traíram a confiança depositada e agiram como verdadeiros estelionatários dos cofres públicos, travestidos de éticos, de cidadãos justos e rotulados, agora, de mensaleiros, sanguessugas e vampiros.

Mas, além da ética e da cidadania, o bem-estar social precisa e necessita também de outra virtude, chamada Justiça, que não deve ser interpretada apenas como respeitar e aplicar a lei, mas com a consciência da idéia do justo, vale dizer, de defender os direitos próprios, reconhecendo e respeitando os direitos alheios e lutando contra a ilicitude e a impunidade.

O simples agir com ética e cidadania já traz a salutar sensação de estarmos fazendo justiça, sensação essa que se materializa na aplicação da lei de forma serena, eqüitativa e justa.

Assim, devemos reconhecer que estas três virtudes - a Ética, a Cidadania e a Justiça - devem interagir como qualidades humanas de observância e aplicação prática no relacionamento entre pessoas, para que exista bem-estar da pessoa e da coletividade.

A conjugação dessas três ações virtuosas, colocadas efetivamente em prática, contribuirá em muito para banir da nossa sociedade as situações maléficas e perniciosas que contaminam as nossas instituições e trazem intranqüilidade ao seio da nossa comunidade.

A nós, operadores do Direito, cabe o dever e a obrigação de atuar, no exercício da atividade funcional, independentemente de qual seja, primando pela aplicação da ética, agindo com cidadania e buscando, na medida do possível e da nossa potencialidade, fazer justiça.

Temos esse dever inafastável, porque o Direito jamais poderá ser reconhecido e aplicado se se encontrar divorciado das três virtudes aqui abordadas.

Não entendam as considerações que aqui fiz como um sermão da montanha para arrebanhar virtuosos, porque somos antes de tudo seres humanos, dotados de qualidades, mas também de defeitos, falhas, sem perfeição ou santidade.

Não sou o dono da verdade; longe disso, como ser imperfeito, com vícios e mazelas, penitencio-me diante dos defeitos inerentes à pessoa humana.

Mas temos, por dom divino, a nossa consciência, que dita para nós as regras do agir para o bem pessoal e coletivo, e não obstante todas as imperfeições, defeitos e problemas pessoais e da nossa sociedade, devemos sempre agir voltados para as bem-aventuranças da Ética, da Cidadania e da Justiça, porque, assim agindo, teremos a inabalável certeza de que estaremos dotados da sublime qualidade de ser chamados e considerados “homens e mulheres de bem”.